

A EDUCAÇÃO MORAL COMO FUNDAMENTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

MORAL EDUCATION AS FOUNDATION OF INCLUSIVE EDUCATION

Mateus Silva de Meneses¹

RESUMO

Este artigo perseguiu como objetivo buscar compreender se há e como se dá a relação entre educação moral e educação inclusiva. Portanto, é um estudo da alçada da filosofia da educação, em que identificamos elementos da educação moral que podem ser imprescindíveis para uma educação inclusiva. Lançamos mão de autores renomados para definir a educação moral, estabelecer relações com os conceitos de inclusão e diversidade e identificar propostas didáticas que favoreçam a inclusão. Através dos temas relativos às “tecnologias do eu”, ao desenvolvimento da empatia, à superação do preconceito e aos direitos humanos, tratamos de expor tais propostas didáticas.

Palavras-chave: Educação Moral; Educação Inclusiva; Diversidade.

ABSTRACT

This article pursued like goal to understand if there is and how the relationship between moral education and inclusive education occurs. Therefore, it is a study of the scope of the philosophy of education, in which we identify elements of moral education that may be essential for an inclusive education. We used renowned authors to define moral education, establish relationships with the concepts of inclusion and diversity and identify didactic proposals that favor inclusion. Through themes related to “technologies of the self”, the development of empathy, the overcoming of prejudice and human rights, we try to expose such didactic proposals.

Keywords: Moral Education; Inclusive Education; Diversity.

1. INTRODUÇÃO

Ao colocar-se o problema da inclusão através da educação, sob o viés do estímulo do educando para sua adoção desse novo paradigma inclusivo, já se coloca automaticamente um problema da alçada da educação moral. É claro que uma educação inclusiva pode também ser abordada sob o viés sociológico das políticas educacionais, que são grandes responsáveis pelo atual sistema escolar excludente. Mas a abordagem do presente artigo é a primeira. É dizer, como pensar e se utilizar das ferramentas que dispõe a educação moral pode contribuir aos objetivos de uma educação mais inclusiva? Esse é o problema que se propõe tratar aqui. Vale lembrar que esse viés também ecoa na abordagem política, já que o valor da inclusão está baseado na

¹ Graduado em Filosofia pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Experiência de pesquisa na área da Educação, com ênfase em Educação em Direitos Humanos. Atua como professor na Rede Estadual de Ensino.

solidariedade, que leva a uma ação, por sua vez, transformadora do atual estado de coisas estabelecido. Para atingir esse objetivo mais amplo, devemos percorrer um caminho que comece pela busca da definição conceitual da educação moral. Essa é a primeira parte do artigo. Além disso, é preciso indicar alguns exemplos de técnicas didáticas que favoreçam uma educação inclusiva. Por isso, falamos em seguida sobre as “tecnologias do eu” e propostas didáticas de desenvolvimento da empatia e superação do preconceito. Por fim, a última parte do artigo é composta de uma reflexão sobre a importância dos direitos humanos para a questão.

2. METODOLOGIA

Trata-se aqui de uma pesquisa teórica e conceitual nos moldes dos estudos realizados na área da Filosofia. Ou seja, nesse campo, tradicionalmente, realiza-se uma revisão bibliográfica e a partir daí relações, deduções e novas interpretações são estabelecidas. Nesse segundo momento a pesquisa poderia ser caracterizada como explicativa, uma vez que o objetivo aqui é sopesar significados, interpretar e fazer juízos de valor. O método dialético também foi de grande apoio para esse estudo, uma vez que ele coloca que cada fenômeno é melhor compreendido quando considerado sob o ponto de vista dos fenômenos que o rodeiam (Lakatos, p. 83). Do mesmo modo, o aprofundamento na educação inclusiva pode depender de uma elucidação de outras esferas da educação que a circundam, como a educação moral.

2.1 A educação moral

A educação inclusiva para a diversidade pressupõe uma preocupação de educação moral ou em valores. Essa educação moral é que permitirá o aprendizado da vida em grupo, grupo esse sempre caracterizado pela diversidade. Ética ou moral (nesse texto são tomados como sinônimos) é justamente o campo de indagações sobre o melhor modo de vida, contemplando também reflexões sobre as formas de relações entre os indivíduos que melhor produzem a vida.

Também podemos definir educação moral como o aprendizado da equalização das vontades pessoais às vontades coletivas. Assim, a vontade coletiva se apresenta como o “outro”, a diferença, aquilo que é antagônico ou conflituoso com relação à vontade pessoal. Uma educação para a diversidade deve, portanto, se debruçar sobre a conjugação equilibrada entre o “eu” e o “outro”. Essa conjugação é crítica porque dela será produto tanto o sujeito autônomo

quanto a responsabilidade social e a valorização da diferença. Para isso, é preciso lançar mão da forma dialógica que constitui a essência da democracia. Vê-se que em um diálogo não há a sobreposição de nenhuma das partes, mas sim um processo de fala e escuta onde a fala representa as contribuições do “eu”, e a escuta, a valorização do “outro”, de suas experiências e visões de mundo.

Por isso, devemos definir o pluralismo em termos ativos (dialógicos) e não passivos (de tolerância):

"Pluralismo não significa ecletismo, um conjunto amorfo de retalhos culturais. Significa sobretudo **diálogo** (grifo meu) com todas as culturas, a partir de uma cultura que se abre às demais" (Gadotti, 1992, apud Fernandes, 2005, p. 386).

É importante dizer, como complemento, que esses dois momentos indicados só são separados cronologicamente por motivos didáticos. Na verdade, a valorização do outro também pode se dar na fala, quando, por exemplo, o sujeito considera suas ideias, visões de mundo e opiniões como falíveis e passíveis de refutação por outras ideias, visões de mundo e opiniões mais elaboradas e fundamentadas. Não estamos falando aqui de um momento em que você é apenas ativo e outro onde é apenas passivo e aceita tudo acriticamente. Esses momentos se confundem e se imbricam.

Nesse sentido, também se faz importante uma habilidade relacionada à resolução de conflitos, o que permitirá o convívio sadio com as diferenças. Propostas como a das assembleias escolares de Ulisses Araújo (Araújo, 2008) ganham proeminência aqui.

A proposta de Araújo tem fundamento na tese de Piaget, segundo a qual a consciência moral é produto das relações interpessoais. Assim, a consciência moral autônoma seria produto das relações de cooperação, e a consciência moral heteronômica, das relações de coerção (Puig, 1996). De modo que as relações estabelecidas em ambientes como os das assembleias permitiriam o florescer da personalidade enquanto sujeito e não enquanto mero indivíduo. Vale destacar essa diferença: o sujeito é autor de sua própria vida; o indivíduo se debate sob grilhões.

Ainda em Piaget, quando o meio é diversificado em termos de regras e comportamentos morais contraditórios, o indivíduo tende a construir seus próprios critérios morais como resposta a esses problemas (Puig, 1996). Daí a importância da democracia e pluralidade de opiniões. Quer dizer, a diversidade é tanto fim a ser alcançado, como meio pedagógico a ser empregado de forma lúcida pelo professor para alcançar o fim estabelecido.

Mas além de construir critérios pessoais, esses sujeitos, diante da diversidade, aprenderão que não há uma única forma de ler a realidade, e entenderão talvez o quanto é rica a troca de visões do mundo para a leitura do real. Daí também poderá nascer a valorização da diversidade.

Como já exposto, a educação moral autônoma é aprender a conduzir-se por entre as formas sociais ou adaptar-se criticamente à coletividade (Puig, 1996). Dessa forma, a escola é como um teatro para a adesão crítica dos indivíduos ao grupo. Cabe assim ao professor a elaboração de situações que favoreçam o pensar e o atuar em grupo, a incitação do vínculo de união na escola e o desenvolvimento do senso de coletividade, que é tomar conhecimento que suas ações ecoam no grupo (Puig, 1996).

Com base no exposto, pode-se empreender uma crítica ao atendimento segregativo no Brasil para as pessoas com deficiência. Esse atendimento consiste em encaminhar à classes especiais alunos das classes regulares que foram diagnosticados com alguma excepcionalidade. Isso tem impedido que esses alunos especiais usufruam de um processo de socialização mais natural, o que os auxiliariam muito na convivência futura com a sociedade, onde não haverá “classe especial”. Essa socialização também é de enorme valor aos estudantes de forma geral, já que poderão aprender o valor da diferença com dada convivência cotidiana. Essa opção da inclusão, é claro, não poderá ignorar as especificidades particulares das pessoas com deficiência, e a legislação prevê, assim, um atendimento especializado no contraturno (Omote, 1999).

Todo esse processo, no entanto, não poderá tomar apenas a dimensão cognitiva do educando, implicando também sua dimensão emocional, dos hábitos, etc. É assim que pode-se atribuir muita relevância àqueles instrumentos que Josep Puig chama de “tecnologias do eu”.

2.2 As tecnologias do eu

Quando se discute valores em sala de aula ou se aplica prática pedagógica tendo em vista demonstrar a importância de valores como a democracia, liberdade e igualdade, é importante que esse processo esteja acompanhado de instrumentos concretos que auxiliarão e servirão de muletas técnicas para que o educando tenha meios de aplicar em sua vida cotidiana o sentido desses valores fundamentais. Josep Puig se refere a esses instrumentos, em seu *“La Construcción de la Personalidad Moral”*, como “tecnologias do eu”. Isso porque não é suficiente que os educandos compreendam o “bem”, mas também é preciso que o valorizem e tenham a

capacidade de agir de acordo com ele (Buxarrais, 2000, p. 18).

Essas tecnologias seriam aportes culturais que serviriam de ferramentas para o indivíduo construir a si mesmo do modo como melhor conceber, não prescindindo nunca da responsabilidade nesse processo (Puig, 1996). As tecnologias do eu são, assim, uma forma de alcançar a auto coerência, ou seja, a harmonia entre as crenças pessoais e as atitudes do dia a dia. Esses são os fins das tecnologias do eu, mas propriamente falando, qual seriam esses instrumentos? Puig fala em “examen de conciencia clásico, la meditación y la lectura, la oración, la conversación formativa, el cuidado del cuerpo, la asistencia regular a una consulta psicológica, la escritura de un diario íntimo, el control y organización del tiempo de trabajo o la observación de la propia conducta...”, mas poderíamos adicionar a disciplina, concentração e outros.

Talvez um grande momento de assunção da personalidade moral autônoma seja a capacidade de privar-se, em prol do grupo e de forma consciente, do “direito a tudo” de que fala Thomas Hobbes. Talvez seja a capacidade de conduzir-se com disciplina, já que a disciplina abre as possibilidades de alcançar os modos de ser almejados.

2.3 O desenvolvimento da empatia

Lynn Hunt, em sua obra *“A Invenção dos Direitos Humanos”* (2009) oferece os romances epistolares do séc XVIII como um elemento explicativo à mudança que permitirá o surgimento da ideia de “direitos do homem”. Isso teria se dado pelo incentivo à empatia que essas obras proporcionavam aos leitores, através das emoções íntimas dos personagens. Mas o ponto fundamental é que esses personagens eram de todas as classes sociais, cores e religiões, e os leitores assim, experimentavam a subjetividade da diferença e da diversidade. Compreendiam que todos possuem sonhos e medos, que todos sofrem e buscam a felicidade. Esse movimento é um movimento empático. Assim, progressivamente tomou-se consciência de que todos possuem interesses, e que logo, todos possuem direitos.

Já que a autora levanta a explosão dos romances epistolares no século XVIII como um dos fatores que permitiu à muitos tomarem contato com o “eu interior” de personagens de todos os tipos e classes sociais, e portanto, que desenvolvessem uma empatia que é a base do reconhecimento dos direitos humanos, vislumbra-se como possibilidade pedagógica trabalhar com romances epistolares em sala de aula para que o educando chegue à compreensão empática

de que todos sentem, sofrem e buscam auto realizações, e que não há tanta diferença assim entre os homens e mulheres de todos os tempos ou culturas. É com o contato com a diferença que aprendemos seu valor. Não é possível valorizar aquilo que não se conhece, ou que não se compreende, ou que é apreendido por meio de estereótipos.

2.4 A superação do preconceito

À essa discussão que se engendrou aqui, não podemos deixar de somar reflexões sobre um dos maiores “inimigos” à valorização da diversidade: o preconceito. Conceito esse que consiste em operar uma generalização categórica e negativa sobre determinados grupos (Pinheiro, 2011, p. 216). Ainda sobre sua definição:

“Preconceito étnico é uma antipatia apoiada em uma generalização falha e inflexível. Ele pode ser sentido ou expressado. Pode ser direcionado para um grupo como um todo ou para um indivíduo porque ele é um membro desse grupo” (Allport, 1954, p. 9 apud Pinheiro, 2011, p. 217).

Pinheiro (2011), com base em Adorno e Horkheimer, busca explicar o fenômeno do preconceito a partir do preconceituoso. Esse, por sua vez, seria caracterizado por um perfil totalitário, ou seja, rígido e averso à reflexão, que busca a permanência do estado de coisas atual. E isso para a manutenção de sua pseudo segurança (Pinheiro, 2011, p. 217).

Vê-se claramente como a diferença e a diversidade aqui são vistas como ameaças. Talvez isso tenha sua explicação, em última análise, em um instinto biológico de autopreservação que faz com que os animais sintam medo do desconhecido. Isso também pode ser visto como expressão de um certo egocentrismo (instinto de autopreservação). Temos então um mecanismo que pode ter sido útil em um determinado período de nossa evolução biológica, mas que transposto ao mundo cultural humano não possui mais o sentido profícuo que antes possuía. Pelo contrário, na dimensão cultural o medo da diferença é um grande obstáculo ao acesso à riqueza cultural construída através dos milênios pelos mais diversos povos.

Um primeiro movimento de superação de condutas preconceituosas deve-se dar através da compreensão da particularidade de cada indivíduo (Pinheiro, 2011, p. 220), construída com a matéria-prima da sua genética, história de vida e cultura (biopsicossocial). Assim, toda generalização será incompleta na descrição do sujeito humano.

Se a causa fundamental do preconceito é a falta de reflexão, Pinheiro indica a necessidade

da educação como forma de gerar consciência dos mecanismos de seu funcionamento (preconceito), auxiliando com que os educandos o identifiquem em si e nos outros, e, principalmente, saibam lidar com tais preconceitos. Se entende a escola como o espaço mais adequado à apropriação de valores como o respeito à diferença, valor fundamental à superação do preconceito. Isso porque a escola se constitui como espaço de diversidade dos vários tipos.

A técnica pedagógica que se apresenta novamente como possibilidade à realização dessas ideias é a da resolução de conflitos, já que uma necessidade para a superação de conflitos é a consideração do ponto de vista do outro, mas também expondo o próprio ponto de vista particular, atingindo de forma dialógica e democrática o bem comum. Nesse sentido, o cultivo da participação democrática já é o cultivo do respeito às diferenças.

Assim nasce a valorização da diversidade:

“Para resolver um conflito de maneira satisfatória, é preciso tentar descentrar-se do próprio ponto de vista para contemplar simultaneamente outro ou outros pontos de vista diferentes e, às vezes, opostos e elaborar fusões criativas entre todos eles, o que implica operações de reciprocidade e síntese entre contrários” (Moreno e Sastre, 2002, apud Pinheiro, 2011, p. 230).

Outra possibilidade pedagógica é incitar a manifestação dos valores dos educandos, e quando diante de manifestações preconceituosas, buscar a reflexão e crítica coletiva desse preconceito em particular.

2.5 Os direitos humanos

Uma educação inclusiva também deve contemplar uma preocupação com a efetivação dos direitos humanos. Todos os indivíduos humanos possuem direitos fundamentais e inalienáveis. Logo, todos possuem direitos de acesso à educação. Por outro lado, também deve-se trabalhar com a valorização dos direitos humanos em sala de aula, de modo que os educandos se apropriem criticamente desses valores. Assim, se transformarão em focos de implantação gradativa de uma sociedade que respeite os direitos humanos fundamentais.

Para deixar mais explícito, a conexão entre direitos humanos e inclusão se encontra no caráter democratizador dos direitos humanos. Efetivar o acesso à educação, saúde, segurança, bem-estar, privacidade, etc., para todas as pessoas, é democratizar a sociedade. É permitir que todos usufruam e participem da sociedade. Democratizar é incluir todos e todas. Por fim, diremos

que o termo democracia não está colocado aqui sem total adequação, já que para a participação política de fato, se coloca a necessidade da satisfação de condições materiais básicas. Assim também é que o desrespeito aos direitos humanos tem servido a um projeto de alienação coletiva.

Temos então que incluir à educação de qualidade é incluir para a participação na sociedade, tanto de sua construção quanto de seus frutos. E que uma educação de qualidade deve conter a valorização da inclusão, o que pode ser trabalhado pedagogicamente tendo em vista o valor da solidariedade.

3. CONCLUSÃO

Após o exposto percebe-se a importância da disciplina da educação moral. Através dela podemos dispor de vários instrumentos que servirão à valorização da diferença e diversidade, fundamento da postura inclusiva. Esse é um aspecto próprio da educação moral. É ela que permite não apenas o acesso ao conhecimento (dimensão cognitiva) mas também a valorização (dimensão emocional/sentimental) de dado comportamento ou modo de ser.

É também ela que vai permitir o aprendizado da vida em grupo, através do respeito democrático entre os indivíduos. Vai oferecer os meios que cada sujeito poderá utilizar para concretizar sua visão de mundo (as tecnologias do eu), etc. A educação moral é, portanto, um campo muito profícuo para o estabelecimento de pontes que concretizem os objetivos de uma sociedade mais inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Araújo, U. F. (2008). Resolução de Conflitos e Assembleias Escolares. Cadernos de Educação FaE/PPGE/UFPel. Pelotas [31], 115-131.
- Buxarrais, M. R. (2000). EL ESTADO DE LA QUESTIÓN. Tendencias y Modelos de la Educación Moral; Diálogos Filosóficos; 47, 196-220.
- Fernandes, J. R. O. (2005). Ensino de História e Diversidade Cultural: Desafios e Possibilidades. *Cad. Cedes, Campinas*, 25(67), 378-388. <http://www.cedes.unicamp.br>.
- Hunt, L. A. (2009). Invenção dos Direitos Humanos: Uma História. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras.

Lakatos, E. M. (2003). Fundamentos de Metodologia Científica. (5a ed.). São Paulo: Atlas.

Omote, S. (1999). Normalização, Integração, Inclusão... *Ponto de Vista*, 1(1).

Puig, J. M. (1996). La Construcción de la Personalidad Moral. Barcelona; Ediciones Paidós Ibérica S. A.

Pinheiro, V. P. G. (2011). Preconceito, Moralidade e Educação Moral para a Diversidade. *Revista Brasileira de Educação*, 16(46), 215-233. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000100012>